

## Política



**PREFEITURA DE SP**  
Nunes diz ter dez nomes para vice  
Pré-candidato à reeleição deve decidir composição depois de julho



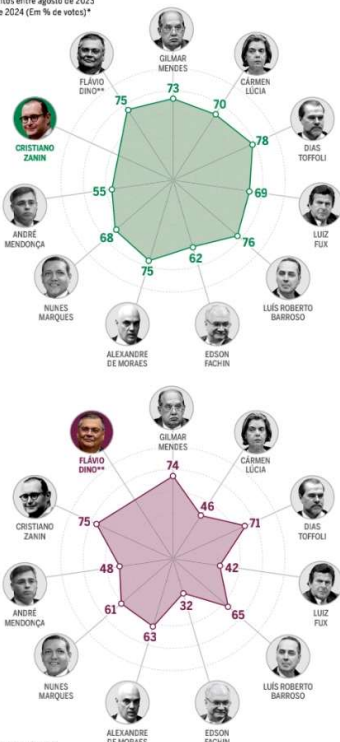
# CONVERGÊNCIAS NA CORTE

## Indicados por Lula, Zanin e Dino se alinham à ala do STF com mais interlocução política

DIMETRIS DANTAS  
E DANIEL GILBERTO  
publica@folha.com.br  
e@folha.com.br

### COMO VOTARAM OS MINISTROS DO STF

Gráfico mostra alinhamentos nos julgamentos entre agosto de 2023 e abril de 2024 (Em % de votos)\*



### JANTAR COM GILMAR

Esse laço tem sido estreitado em encontros de bastidores, como o jantar realizado por Gilmar há duas semanas, quando recebeu em sua casa o presidente Lula e os demais integrantes do grupo para discutir uma reação aos ataques contra a Corte. O único dos cinco a não participar foi Toffoli.

O quinteto também tem demonstrado afinidade em julgamentos com repercussão política, como na análise do foro privilegiado, que abre margem para que investigações envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro remetidas à primeira instância retornem à Corte. Embora já haja maioria a favor da ampliação da norma, o julgamento foi suspenso a pedido do ministro André Mendonça, indicado ao STF pelo ex-ministro.

No ano passado, antes de Dino chegar à Corte, Zanin também se aliou ao grupo para determinar a obrigatoriedade da criação de juiz de garantias, aprovada pelo Congresso em 2019 como reação à Lava-Jato. A adoção da medida teve resistência de Luiz Fux, defensor da longa tarefa.



Afinados. Zanin e Dino têm alinhamento de 75% com Gilmar, Moraes e Toffoli. Indica-se de 66% entre todos os ministros

Zanin deve à operação sua ascensão a ministro da Corte. Ele ganhou destaque como advogado de Lula e foi responsável pela estratégia que anulou as condenações do petista — o que, na prática, o reabilitou politicamente. Alados do governo citam a "gratidão" do atual presidente ao seu ex-defensor como um dos fatores que levaram à escolha.

Já Dino chegou à Corte em fevereiro, 18 anos após ter abandonado a toga — era juiz — para disputar cargos eletivos. Foi deputado federal, governador e senador antes de virar ministro da Justiça de Lula, no ano passado. A sua indicação, segundo o presidente, foi para ter na Corte um ministro "com cabeça de político".

### DIVERGÊNCIAS PONTUAIS

Em um dos primeiros casos em que atuou, Dino se uniu ao grupo de Gilmar, Moraes e Toffoli para declarar inconstitucional uma regra que mudava o cálculo para a eleição de deputados federais. O julgamento foi marcado por um embate de Moraes com Barroso sobre a possibilidade de cassação de parlamentares beneficiados pela norma em 2022 — entre eles dois do PL, de Bolsonaro. Zanin não participou dessa vez porque seu antecessor, Ricardo Lewandowski, já havia votado.

Entretanto, nem sempre os cinco votam em bloco. No mês passado, quando o plenário do STF derrubou a revisão da vida toda dos beneficiados do INSS, Moraes, que era o relator, foi votado vencido. O governo atuou para derrotar a tese do ministro, benéfica aos aposentados, sob argumento de que causaria um impacto bilionário nos cofres públicos. Prevaleceu o voto de Zanin, a favor do que defendeu o Planalto. Ele foi acompanhado por Dino, Toffoli, Gilmar, Barroso, Fux e Nunes Marques.

O grupo também se dividiu no julgamento que pode descriminalizar o porte de maconha para uso pessoal, caso que motivou a reação de parlamentares e a aprovação, no Senado, de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no sentido contrário. Antes de a análise da ação ser interrompida, Zanin votou junto da dupla de ministros indicados por Bolsonaro, Mendonça e Nunes Marques, contra a tese proposta por Gilmar, de não considerar crime o porte da droga em pequena quantidade para consumo.

Já nos julgamentos das ações penais de 8 de Janeiro, que uniu os ministros em uma defesa institucional da Corte, Zanin e Dino se mantiveram juntos da ala majoritária, deixando Mendonça e Nunes Marques isolados no voto por absolver os réus da maior parte dos crimes. O ex-advogado de Lula, contudo, tem apresentado divergências em relação a Moraes, relator das ações, ao defender um cálculo diferente das penas.

Além da convergência com

o grupo de Gilmar, Toffoli e Moraes, tanto Zanin quanto Dino registraram alinhamento acima da média com Barroso, atual presidente da Corte e que também tem boa interlocução com o Planalto.

O pesquisador de direito constitucional Thomaz Pereira, que estuda o STF, diz que a tendência no tribunal é a proximidade de votos entre indicados pelo mesmo presidente em intervalos curtos, caso de Zanin e Dino:

— Algumas pesquisas que analisam grau de concordância indicam que há concordância maior entre quem foi indicado pelo mesmo presidente, mas com o tempo, (as posições) vão se distanciando.

O levantamento aponta que Mendonça é o que mais diverge dos demais, em 43% dos casos. O ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, que foi indicado à Corte em dezembro de 2021, está entre os que ficaram mais vezes derrotados sozinhos. No período analisado, isso ocorreu em 21 oportunidades. Ele foi o único a votar contra um pedido do governo para autorizar o pagamento antecipado de precatórios.

### POSIÇÃO MARCADA

A maior divergência de Mendonça é com Fachin. Os dois magistrados estiveram em lados opostos em 57% das causas. No ano passado, Fachin votou a favor de uma resolução que dá poder ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para determinar a remoção de conteúdos das redes sociais. Esse tipo de ação representa uma das principais críticas de Bolsonaro à Corte e se tornou motivo de embate entre o empresário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), com Moraes. Mendonça foi o único a votar contra a resolução.

Para o professor de direito público Daniel Vila-Nova, autor do livro "Supremologia", Mendonça busca marcar posições:

— Houve uma mudança no campo ideológico da macropolítica, e ele, como representante do regime anterior, sinaliza: "Estou aqui para representar uma determinada visão, que é válida na sociedade".

A maior proximidade de Mendonça é com Nunes Marques, a primeira indicação de Bolsonaro. Os dois também ficaram do mesmo lado na análise da tese do marco temporal para demarcação de terras indígenas, seguindo posicionamentos defendidos pelo ex-presidente. Mas o contrário não ocorre. Nunes Marques concorda mais com Toffoli e Zanin em seus votos do que com Mendonça.

Os dados capturam um movimento observado nos últimos meses, quando Nunes Marques passou a adotar um perfil mais conciliador, aproximando-se de outros ministros e do governo. A aproximação com o Planalto já rendeu ligações e conversas ao pé do ouvido com Lula.